

Sobre a instabilidade de textos e autorias na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII

Acerca de la inestabilidad de los textos y la autoria en Inglaterra de los siglos XVII y XVIII

ANDRÉ CARLOS FURTADO¹

CHARTIER, ROGER. *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare: história de uma peça perdida*. Trad. Edmir Missio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 294p.

NO INVERNO DE 1612-1613, os palcos da corte inglesa receberam a montagem da uma peça chamada *Cardenio*. As incertezas que permanentemente rondam essa história devem-se, sobretudo, ao fato, nada singelo, segundo o qual, entre os séculos XVI e XVII, mais da metade de todas as apresentações teatrais da ilha britânica não deixou qualquer resquício textual, fosse na modalidade manuscrita ou na forma impressa.

Ao partir das inquietudes que cercam esse universo de letras perdidas, o historiador Roger Chartier adentra nos meandros dessas representações e recupera parte dos itinerários, da vida editorial e das apropriações do referido espetáculo e personagem que, originalmente, surge na obra *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, publicada em princípios do seiscentos.

Por investigar até às mais baixas camadas arquivísticas, Chartier observa que, embora não seja possível conhecer a data exata da encenação, pode-se, ao menos, saber acerca de suas circunstâncias, devido aos pagamentos feitos pela Câmara do Rei à companhia *King's Men*. Esta correspondia à trupe responsável por apresentar

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

a peça em Whitehall, durante os ciclos festivos do calendário cristão europeu, ocorridos entre o Natal e a Epifania e no Carnaval.

Assim, apesar das alterações provocadas pela instabilidade do texto, encenado ou escrito, e em virtude dos diversos quadros de recepção através dos quais o enredo de *Cardenio* recebeu inúmeros contornos, a trama original, ou seja, aquela editada pela oficina madrilena de Juan de la Cuesta, desenrola-se com o desgosto narrado a Dom Quixote pelo jovem nobre andaluz desafortunado por seu amor, Lucinda, e traído por seu amigo, Fernando.

Logo, o ponto de partida do historiador francês não poderia ser outro: a tradução, no ano de 1612, por Thomas Shelton, das aventuras do cavaleiro nascido pelo traço de Cervantes. Marcado por um ambiente de política editorial voltada à abertura do catálogo do livreiro Edward Blount, britânico que a imprimiu, e pela força da presença da literatura castelhana, desde fins do século XVI, nos tabladros de Londres, o texto espanhol ganhou sua versão inglesa.

Sem minimizar a importância desse empenho, é provável que as histórias do cavaleiro errante e seu escudeiro Sancho Pança já circulassem na ilha. Porque, além da possibilidade de leituras em outras línguas, desde 1590 o público britânico contava com as publicações de dicionários, gramáticas e manuais para instruí-los no idioma de Cervantes; sem falar o contato com o manuscrito da tradução de Shelton que viria a se tornar o texto impresso.

Fomentada também pelo circuito das versões abreviadas (*chapbooks*) e com base no Arquivo Geral das Índias (Sevilha), a pesquisa mostra que, além da Europa, tais escritos marcaram presença em possessões ultramarinas do reino de Castela. Fosse pelo comércio transatlântico ou na bagagem de viajantes, o fato é que as fontes metropolitanas apontam a travessia das histórias sobre Dom Quixote rumo aos mais diversos rincões do domínio hispânico em solo americano.

O alargamento do exame do escrito em direção ao representado no palco ou em gravuras e frontispícios leva o historiador a atentar às montagens espanhola e francesa da novela de Cervantes. Com um rigor que vai da comparação das performances à análise filológica sobre as orações das peças, o estudo demonstra como a personagem de Cardenio se misturava ao enredo central, ganhava destaque e, inclusive, sobrepunha o cavaleiro errante.

Afora essas circunstâncias, as versões para os tabladros e os usos pelas traduções não estavam incólumes, como não está, aliás, texto algum, das instabilidades do escrito. Daí a adaptação ao teatro parisiense de 1628 abrandar os rituais católicos

quando da cena matrimonial de Lucinda e Fernando, alterando o modo espanhol de representar, posto que, historicamente, os reis hispânicos foram bem mais fiéis à Cúria Romana.

Cerca de quatro décadas após a apresentação de *Cardenio*, pela primeira vez que se tem notícia, nos palcos ingleses no inverno de 1612-1613, Humphrey Moseley registrou e adquiriu o direito de propriedade exclusiva (*right in copy*), pela agremiação de livreiros e impressores de Londres, sobre os títulos de mais de quarenta peças teatrais, em 1653. Deste montante quatro foram atribuídas a William Shakespeare.

The history of Cardenio era uma delas, mas com alguns detalhes: admitindo este original como sendo o encenado em 1612-1613, tratava-se do primeiro momento em que o texto recebia autoria. Porém, esta marca não vinha isolada: antes do nome de Shakespeare havia o de John Fletcher, cuja inscrição, além de ser a única com o pronome de tratamento *Mister*, continha um ponto final, endossando a hipótese de acréscimo posterior da atribuição shakespeariana.

Contudo, as dúvidas em torno deste registro inicial que, no século XVII, ligou o nome de Shakespeare à peça *Cardenio* não podem ser vistas como parte de procedimentos editoriais, hoje indevidos, de falsificações, tal como o vocábulo é entendido em nossos dias. Esses gestos dão a ler práticas que integravam o universo da palavra impressa do seiscentos inglês, sem que isso fosse considerado crime.

Na realidade, desde fins do século XVI, a fama crescente do dramaturgo levou muitos homens do mundo dos livros a destacarem seu nome em textos que tinham boa vendagem. Editar e se apropriar de Shakespeare era um bom lance político até para o governo, pois coincidia com a sua designação como poeta nacional e símbolo do requinte britânico, contra a chamada prostituição dos palcos ingleses, inundados de óperas estrangeiras e pantomima.

Com o fito de restaurar a obra shakespeariana descaracterizada pelos usos e circulação diversas, em 1727 foi a vez do teatrólogo de Londres Lewis Theobald anunciar uma adaptação sua para os palcos do Teatro Real, com correções, de uma peça perdida que reputou ao dramaturgo. Esta foi intitulada *The Double Falshood*, que ganhou sua versão impressa no ano seguinte e o privilégio incomum às peças de receber uma *Royal Licence* por Jorge II.

Mas este trabalho só alcançaria êxito em 1733, quando, em consórcio, Theobald publicou as *Works of Shakespeare* em sete volumes. Assim, a julgar pelas várias reedições que seriam feitas desses livros ao longo do século XVIII e pela hegemonia adquirida mesmo com o surgimento de empreendimentos concorrentes, os volumes

foram os mais apreciados pelos leitores e suas edições ajudaram, sobremaneira, a consolidar a figura autoral de Shakespeare.

Num só tempo, *The Double Falshood* era uma peça shakespeariana supostamente recuperada e uma adaptação de *Dom Quixote de la Mancha*, de Cervantes. E mais: se em 1653, ante às múltiplas apropriações e circulação de *Cardenio*, Moseley fixou o texto como fruto da coautoria com Fletcher; em 1727, frente ao novo estatuto discursivo baseado na individualização da escrita, Theobald o atribuiu somente a Shakespeare.

Ao mostrar essas descobertas arquivísticas, o estudo de Chartier apresenta uma Inglaterra que, entre os séculos XVII e XVIII, foi sendo marcada pelo nascimento do autor como figura individual, cujos traços passaram a ser vistos como dotados de originalidade e, no caso de William Shakespeare, rumo à canonização. Tais elementos redefiniram a noção de propriedade autoral, pois esses direitos foram saindo das mãos de livreiros e impressores para as dos escritores.

O livro de Roger Chartier é um exemplo raro de pesquisa imersa, de fato, nos domínios da chamada História da Cultura Escrita. Fica assim o convite à leitura dessas páginas sobre o universo letrado, sedentas por crítica, que devem servir aos interessados na emergência do indivíduo e da propriedade literária. Trata-se, em suma, de um estudo incontornável e, por isso mesmo, essencial.

SOBRE O AUTOR DA RESENHA

André Carlos Furtado é graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando na mesma instituição e área como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Seus estudos na área da Historiografia e da Teoria e Metodologia da História, enfatizam a História do Livro, da Leitura, da Produção Editorial, Cultura Escrita e Sociabilidades Intelectuais.

E-mail: afurtado@id.uff.br

Recebido em 17 de fevereiro de 2015 e aprovado em 01 de julho de 2015.